

Demonstrações Financeiras

**Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento
e Investimentos S.A.**

30 de junho de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

O primeiro semestre do ano de 2024 foi marcado pela evolução no processo de venda da Dufrio Financeira. O Grupo Eagle se mostrou interessado e as negociações que iniciaram em março, evoluíram para a assinatura do contrato de compra e venda em 13 de junho de 2024, após a realização de uma *due diligence* completa dos números da Companhia. Importante mencionar que a conclusão do negócio só ocorrerá após aprovação do Banco Central com expectativa de retorno para o final do segundo semestre desse exercício, onde ocorrerá a transferência da propriedade para os novos acionistas e de todas as atividades e responsabilidades. Durante essa fase de transição a operação está a cargo da atual administração com alinhamentos mensais entre as partes envolvidas.

Considerando esse cenário, e diante do que já vinha sendo executado pela Companhia nos semestres anteriores percebemos um resultado deficitário em R\$ 2,6 milhões para o exercício findo em 30 de junho de 2024, tendo como principal ofensor a provisão para devedores duvidosos, que somou R\$ 2,7 milhões, sendo a carteira do produto CDC Pessoa Jurídica, a maior perda no período. Vale destacar ainda que esse resultado contempla a venda de parte da carteira classificada em D, E, F, G, H e em Prejuízo, para a Dufrio Refrigeração (coligada do Grupo Dufrio), responsável pela indicação de clientes para fomento da venda de seus produtos. Essa venda gerou um prejuízo líquido de R\$ 510 mil, lançada no resultado do 1º semestre em decorrência de não estar relacionado nos ativos que deverão migrar para o novo acionista.

Conforme o exposto, vale destacar que há uma expectativa real e considerável de continuidade da Companhia nas mãos do novo acionista, uma vez que é esperado que após a transferência de propriedade a Companhia seja utilizada para acelerar o crescimento do grupo nas diferentes frentes que uma instituição financeira pode ser requisitada. Assim, espera-se que a partir do ano de 2025 o cenário para exercícios futuros seja positivo e projeções novas sejam construídas e apresentadas aos órgãos reguladores.

A Administração.

Porto Alegre, 30 de junho de 2024.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas da **DUFRIO FINANCEIRA, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A – Dufrio Financeira**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. – Dufrio Financeira, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 e no Relatório da Administração, durante o primeiro semestre de 2024, avançou significativamente o processo de venda do controle acionário da Dufrio Financeira. Em 13 de junho de 2024, foi formalizado o contrato de compra e venda das ações da Dufrio Financeiras para o Grupo Eagle. No entanto, a transação ainda está pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil cuja aprovação é esperada para o final do segundo semestre de 2024. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto, uma vez que os novos acionistas têm a intenção de dar continuidade às atividades da Companhia.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de

risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2024, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 8.124 (oito milhões cento e vinte e quatro mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 119 (cento e dezenove mil reais), sendo que durante o período foram reconhecidas receitas com operações de crédito no montante de R\$ 2.046 (dois milhões quarenta e seis mil reais). A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa da Financeira na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados.

Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos “ratings” atribuídos, bem como a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela Administração da Financeira para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim (RS), 29 de agosto de 2024.

Allianssa Auditores Associados S.S.
CRC RS 004627/O / CVM BCB 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		10.660	24.559
Disponibilidades	3	87	171
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.599	3.914
Instrumentos financeiros		7.964	20.302
Operações de crédito	5	8.083	31.693
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(119)	(11.391)
Partes relacionadas	11	-	24
Outros ativos		10	148
Não circulante		266	294
Realizável a longo prazo		41	22
Instrumentos financeiros		41	22
Operações de crédito	5	41	22
Imobilizado	6	19	26
Intangível	6	206	246
Total do ativo		10.926	24.853
Passivo			
Circulante		332	11.636
Depósitos a prazo	9	-	11.286
Fiscais e previdenciárias	7	81	92
Provisões para pagamentos a efetuar	8	58	68
Partes relacionadas	11	145	109
Outros passivos	10	48	81
Patrimônio líquido	12	10.594	13.217
Capital social		30.000	30.000
Prejuízos acumulados		(19.406)	(16.783)
Total do passivo e patrimônio líquido		10.926	24.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da intermediação financeira			
13		2.317	6.317
Operações de crédito		2.046	5.596
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		271	721
Despesas da intermediação financeira		(2.872)	(11.595)
13		(467)	(2.155)
Operações de captação no mercado		(2.405)	(9.440)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Resultado bruto da intermediação financeira		(555)	(5.278)
Outras despesas operacionais		(2.068)	(3.091)
14		(430)	(1.281)
Despesas de pessoal		(1.522)	(1.574)
Despesas gerais e administrativas		(86)	(194)
Despesas tributárias		(30)	(42)
Outras despesas operacionais			
Resultado operacional antes da tributação		(2.623)	(8.369)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(24)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(2.102)
Lucro (Prejuízo) do semestre		(2.623)	(10.495)
Quantidade de ações no final do semestre		35.000	35.000
Resultado por ações básico e diluído - R\$		(0,0749)	(0,2999)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro (Prejuízo) do semestre	(2.623)	(10.495)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>(2.623)</u>	<u>(10.495)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros (prejuízos acumulados)	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2022	30.000	(440)	29.560
Prejuízo do semestre	-	(10.495)	(10.495)
Saldos em 30 de junho 2023	30.000	(10.935)	19.065
Prejuízo do semestre	-	(5.848)	(5.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.000	(16.783)	13.217
Prejuízo do semestre	-	(2.623)	(2.623)
Saldos em 30 de junho de 2024	30.000	(19.406)	10.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do semestre	(2.623)	(10.495)
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos		
Depreciação e amortização	47	44
Crédito tributário	-	2.102
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.271)	7.876
Aumento/diminuição de ativos e passivos		
Operações de crédito	23.591	3.791
Partes relacionadas	24	(28)
Outros ativos	138	(2)
Depósitos a prazo	(11.286)	(10.016)
Fiscais e previdenciárias	(11)	(126)
Provisão para pagamentos a efetuar	(10)	6
Partes relacionadas passivas	36	(1.425)
Outros passivos	(34)	(48)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	(1.399)	(8.321)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível	-	(175)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(175)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(1.399)	(8.496)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.085	15.043
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 3 e Nota 4)	2.686	6.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. (anteriormente denominada Zanon Crédito, Financiamento e Investimento S.A.) (“Dufrio Financeira” ou “Financeira”), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Voluntários da Pátria, 3303, andar 3, Bairro Floresta, CEP 90.230-011, foi constituída em 07 de agosto de 2019 e está autorizada a funcionar como uma financeira por meio de despacho do Banco Central datado de 24 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 29 de junho de 2020. Desde o início de suas atividades, a Dufrio Financeira passou a dispor de mais agilidade e flexibilidade para gestão do braço financeiro do grupo Dufrio, podendo inclusive, oferecer novos produtos aos clientes, gerando maior relacionamento e interatividade com a marca Dufrio.

A Financeira tem por objeto a realização de operações de financiamento, a prazos médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie, contempladas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, segundo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades.

No encerramento do período de 2023 a administração da Empresa passou a discutir internamente a continuidade operacional do negócio e optou pela venda do ativo ora constituído. O Grupo Eagle se mostrou interessado e a evolução nas negociações concretizada (contrato de compra e venda assinados) em 13 de junho de 2024. Atualmente a gestão operacional do negócio está sendo conduzida pela atual administração com alinhamentos mensais até que ocorra a aprovação junto ao Banco Central dessa transação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alterações previstas na Resolução BCB nº 02/20 e normas estabelecidas pelo BACEN, que inclui a apresentação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e impostos diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Dufrio Financeira revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram emitidos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais têm sido adotados pelas instituições financeiras após sua aprovação pelo CMN/Bacen. Os pronunciamentos do CPC que já foram aprovados pelo Bacen são:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN nº 4.924/2021.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras são expressas em reais, que é a moeda funcional da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Financeira em 29 de agosto de 2024.

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

c) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

d) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução BCB 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

e) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Financeira os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável.

A depreciação dos ativos imobilizado é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica.

f) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados às atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, revisadas anualmente pela administração da Financeira.

g) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação.

i) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre a base de prejuízos são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou realização fiscal dos valores sobre os quais foram constituídos.

A Financeira apresentou prejuízo fiscal no período, portanto nenhuma constituição de provisões para impostos correntes foi reconhecida.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Item significativo sujeito a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixas e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto nesta data base pelos seguintes montantes:

	30/06/2024	31/12/2023
Banco conta corrente – disponibilidades	87	171
Total	87	171

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Substancialmente representadas por cotas de fundos de renda fixa registradas como carteira própria e que são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA. O saldo mantido em cotas de fundos de investimentos é resgatável a qualquer momento.

	30/06/2024	31/12/2023
Aplicações interfinanceiras - Cotas de fundos de renda fixa	2.599	3.914
Total	2.599	3.914

5. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito e a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	30/06/2024				31/12/2023	
	Vencidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
Operações de crédito						
Empréstimos e direitos creditórios	76	2.343	2	41	2.462	8.542
Financiamentos	807	4.849	6	-	5.662	23.173
Total	883	7.192	8	41	8.124	31.715
Total circulante					8.083	31.693
Total não circulante					41	22
Total					8.124	31.715

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Operações de crédito--Continuação

b) Composição da carteira por tipo de operação

	30/06/2024	31/12/2023
Pessoa física	2.342	4.231
Pessoa jurídica	5.782	27.484
Total	8.124	31.715

c) Concentração das operações de crédito

	30/06/2024	%	31/12/2023	%
10 Maiores devedores	2.710	33,36	13.221	41,69
50 Devedores seguintes	2.657	32,70	8.213	25,90
100 Devedores seguintes	288	3,55	4.516	14,24
Demais	2.469	30,39	5.765	18,17
Total	8.124	100,00	31.715	100,00

d) Composição da carteira de créditos por níveis de risco e devidas provisões

Níveis de risco	% Provisão	Carteira 30/06/2024	Provisão 30/06/2024	Carteira 31/12/2023	Provisão 31/12/2023
A	0,50	3.138	15	20.101	1.808
B	1,00	4.256	43	1.107	77
C	3,00	517	16	354	15
D	10,00	93	9	390	8
E	30,00	120	36	240	72
F	50,00	-	-	157	83
G	70,00	-	-	266	188
H	100,00	-	-	9.100	9.100
Total		8.124	119	31.715	11.391

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	11.391	2.861
Constituição de provisão	7.233	15.687
Reversão de provisão	(4.628)	(1.464)
Créditos baixados/revertidos para prejuízo	(13.877)	(5.693)
Saldo final	119	11.391

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado de uso e intangível

Imobilizado	31/12/2023		30/06/2024		Taxa Depreciação
	Líquido	Aquisição	Baixas	Depreciação Acumulada	
Computadores e Periféricos	26	-	-	(7)	20%
Total	26	-	-	(7)	

Intangível	31/12/2023		30/06/2024		Taxa Amortização
	Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização Acumulada	
Softwares	246	-	-	(40)	20%
Total	246	-	-	(40)	
Total	272	-		(47)	

7. Fiscais e previdenciárias

	30/06/2024	31/12/2023
Fiscais		
Pis, Cofins e CSLL retido de terceiros	(16)	(8)
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(8)	(16)
Pis e Cofins a recolher	(34)	(23)
ISS de Terceiros	(2)	(2)
IOF a recolher de crédito	-	(17)
Previdenciárias		
FGTS	(1)	(2)
Contribuição sindical	-	(2)
Instituto nacional do seguro social - INSS	(20)	(22)
Total	(81)	(92)

8. Provisão para pagamentos a efetuar

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de férias	(32)	(49)
Provisão de 13º Salário	(8)	-
Provisão gratificação semestral	(18)	(19)
Total	(58)	(68)

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Depósitos a prazo

O saldo de depósitos a prazo é composto apenas por Certificado de Depósito Bancário (CDB), com a taxa de remuneração entre 102% e em junho 2024 encerraram as captações.

	30/06/2024	31/12/2023
CDB – Com Certificado	-	(11.286)
Total	-	(11.286)

10. Outros passivos

A composição dos outros passivos é assim demonstrada:

	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores a pagar	(48)	(81)
Total	(48)	(81)

11. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, de 29/05/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

a) Saldo ativo com partes relacionadas

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber de sociedades ligadas	-	24
Total	-	24

Refere-se a valores a receber da parte relacionada Refrigeração Dufrio Comércio e Importação Ltda. - Dufrio, decorrente de despesas com serviços de consulta ao Serasa S.A que foram pagas pela Financeira e que deverão ser ressarcidas.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas--Continuação

b) Saldo passivo com partes relacionadas

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a pagar de sociedade ligadas	(145)	(73)
Pagamentos a processar	-	(36)
Total	(145)	(109)

No período findo em 30 de junho de 2024 o saldo em aberto é de R\$145 (R\$109 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sendo o montante das despesas intragrupo geradas durante o semestre liquidadas durante o próprio semestre. Tais despesas estão relacionadas a despesas de pessoal do Grupo da Dufrio que prestam serviços de backoffice e apoio estrutural para que a Dufrio Financeira opere.

c) Efeito das transações com partes relacionadas no resultado

	30/06/2024	30/06/2023
Receita		
Ressarcimento despesas proteção ao crédito	-	173
Despesas		
Despesas com pessoas (Nota 14)	(214)	(678)
Despesas Diretoria (Nota 15)	(186)	(178)
Despesas com Prestadores de serviço	-	(28)
Despesas com aluguel (Nota 15)	(40)	(76)
Total	(440)	(787)

d) Remuneração dos administradores e benefícios de pós-emprego

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria do Grupo, visto que não existe remuneração específica para os administradores da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., além daquela deliberada na Assembleia do Grupo.

Até 30 de junho de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego e remuneração de administradores. Para o período findo em 30 de junho de 2024 os diretores que estão atuando na Financeira receberam um total de R\$ 402 mil (R\$ 186 mil a título de ressarcimento de diretor via parte relacionada) e R\$ 216 a título de pró-labore pago efetivamente a diretoria (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2023).

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024, o capital social total é de R\$30.000 (R\$30.000 31 de dezembro de 2023), de acionistas domiciliados no país.

b) Reservas

- Legal: é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício (quando houver), limitada a 20% do capital social.
- Estatutária: é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado após o encerramento do exercício, para: (i) incorporação ao capital social; (ii) retenção; (iii) distribuição de dividendos aos acionistas; ou (iv) compensação de eventuais prejuízos. A presente reserva terá como limite 80% do valor do capital social.

c) Dividendos

Há a previsão de distribuição de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de cada exercício, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, porém conforme seu estatuto, esse dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração o julgar incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

13. Receitas e despesas da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

a) Receitas com operações de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de empréstimos	663	760
Rendas de direitos creditórios descontados	128	271
Rendas de financiamentos	1.255	4.565
Total	2.046	5.596

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas e despesas da intermediação financeira--Continuação

b) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2024	30/06/2023
Rendimentos de fundo de investimentos	271	721
Total	271	721

c) Despesas com intermediação financeira

	30/06/2024	30/06/2023
Depósitos interfinanceiros	-	(2.155)
Depósitos a prazo (RDB, CDB e DPGE)	(457)	-
Despesas contribuição ao FGC	(10)	-
Total	(467)	(2.155)

14. Despesas de pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Ressarcimento de despesas do Grupo Dufrio (nota 11c)	(214)	(678)
Proventos	(103)	(271)
Encargos sociais	(41)	(122)
Férias e 13º salários	(9)	(46)
Gratificações	(26)	(79)
Programa de alimentação ao trabalhador	(25)	(73)
Outros	(12)	(12)
Total	(430)	(1.281)

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Comunicações	(7)	(7)
Despesas de honorários (Nota 11c)	(186)	(178)
Processamento de dados	(626)	(661)
Ressarcimento de despesas de aluguel do Grupo Dufrio (Nota 11c)	(40)	(76)
Despesas bancárias	(239)	(73)
Serviços técnicos especializados	(377)	(516)
Viagens	-	-
Depreciações e amortizações	(47)	(45)
Outras despesas administrativas	-	(18)
Total	(1.522)	(1.574)

16. Despesas tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
PIS	(12)	(27)
COFINS	(74)	(167)
Total	(86)	(194)

17. Outras despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Tarifas e taxas bancárias	(29)	(41)
Outras despesas operacionais	(1)	(1)
Total	(30)	(42)

18. Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da Dufrio CFI possibilita o gerenciamento individualizado de cada risco, como também a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos de acordo com a Resolução CMN Nº 4.557/2017.

A Financeira está enquadrada no Segmento ("S5"), com estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da Instituição.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

O processo de gerenciamento de riscos é realizado por Políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas, e monitorado através de relatórios apresentados à Diretoria, abrangendo os riscos de crédito, liquidez, operacional e socioambiental.

- (a) Risco de crédito: define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador do recurso, do garantidor ou do emissor do título; desvalorização e redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros, ou seja, renegociação que conceda vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador, e os custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.
- (b) Risco de liquidez: define-se o risco de liquidez como a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- (c) Risco operacional: define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados, e as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais ou indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
- (d) Risco Social, Ambiental e Climático: O risco social, ambiental e climático está relacionado aos potenciais danos que uma atividade pode causar à sociedade e ao meio ambiente, definidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, nos termos da Resolução CMN Nº o CMN n. 4.945/2021.
- (e) Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital é o processo contínuo e prospectivo de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Devem ser estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital, bem como, a avaliação frequente da necessidade de capital diante de eventuais riscos a que a Instituição está sujeita.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

O objetivo da gestão de riscos de capital será manter a Instituição alinhada à estratégia de riscos aprovada pela Diretoria Financeira Operacional, visando monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliando a necessidade de capital perante os riscos a que a Instituição está sujeita.

Para o cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional.

19. Limite operacional (acordo da Basileia)

Em 30 de junho de 2024, a Financeira encontrava-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A Resolução CMN nº 4.958/2021 instituiu nova forma de apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR). O Índice de Basileia da Dufrio Financeira em 30 de junho de 2024, foi apurado em 87,93%.

A Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 17,00% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções CMN Nº 4.955/ 2021 E 4958/2021 e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não-negociação, de acordo com a Resolução BCB nº 48 de 10/12/2020 e demais normativos pertinentes.

Dagoberto Artêmio Zanon
Diretor Presidente

Guillermo Zanon
Diretor Vice Presidente

Rodrigo Hepfner
Contador
CRC/RS-101671/O